

A importância da estimulação precoce na primeira infância com crianças institucionalizadas**The importance of early stimulation in early childhood with institutionalized children**

DOI:10.34117/bjdv6n8-068

Recebimento dos originais:08/07/2020

Aceitação para publicação: 10/08/2020

Taíza Fernanda Ramalhais

Psicóloga, Pedagoga. Mestre e Doutoranda. Professora da Rede Pública de Ensino Ubitatã – Paraná.

e-mail: thai_19@hotmail.com

Luanna Flávia Lourenço Nunes

Psicóloga, Especializanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Psicóloga Hospitalar e Clínica.

e-mail: luannaflavia84@hotmail.com

Gislaine de Fatima Brunieri da Silva

Pedagoga, Mestranda. Professora da Rede Pública de Ensino Ubitatã – Paraná.

E-mail: isabrunieri@hotmail.com

Fabrcio Bruno Cardoso

Laboratório de Inovações Educacionais e Estudos neuropsicopedagógicos da Faculdade CENSUPEG

e-mail: fabricio@censupeg.com.br

RESUMO

O artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica visando compreender como se processa a discussão sobre a importância em trabalhar a estimulação precoce do bebê e/ou da criança quando estão em contexto de institucionalização. Nas áreas de Pedagogia/Psicologia, ressalta-se o quanto é essencial para a saúde mental do recém-nascido e da criança de pouca idade, o calor, a intimidade e a relação constante com a mãe ou quem, em caráter permanente, a substitua. Os resultados apontam que inúmeras são as consequências da carência afetiva e privação cultural sobre o desenvolvimento do ser humano. Uma interação de qualidade no ambiente institucional ou com cuidados substitutos dependerá invariavelmente de alguns fatores, tais como: organização da rotina de cuidados e as normas da instituição; número de cuidadoras que se ocupam de cada criança; as características emocionais e as vivências infantis do próprio cuidador, bem como o apoio psicológico aos cuidadores que se ocupam diretamente das crianças. Além disso, são consideradas influências importantes a história de vida de cada criança, a sua idade e, o motivo do afastamento da família biológica. Contudo, propõe-se que estudos futuros possam reconhecer a importância da estimulação precoce no desenvolvimento infantil em contextos institucionais e assim as propostas de estimulação possam ser incorporadas no cotidiano desses ambientes. Ficou evidenciado a importância de toda a atenção precoce e intervenções que as crianças devem usufruir na instituição, e a necessidade que se trabalhe em prol da execução da nova lei e que as crianças sejam realmente retiradas até o prazo

máximo nela definido para o acolhimento, seja por meio da reinserção aos seus familiares ou através da adoção.

Palavras-chave: Crianças. Estimulação precoce. Institucionalizadas. Psicologia.

ABSTRACT

The article is a bibliographic research aiming to understand how the discussion about the importance of working on the early stimulation of the baby and / or child when they are in the context of institutionalization takes place. In the areas of Pedagogy / Psychology, it is emphasized how essential it is for the mental health of newborns and young children, the warmth, intimacy and the constant relationship with the mother or whoever, permanently, substitutes her. . The results show that there are countless consequences of emotional deprivation and cultural deprivation on the development of human beings. A quality interaction in the institutional environment or with substitute care will invariably depend on some factors, such as: organization of the care routine and the institution's rules; number of caregivers who take care of each child; the emotional characteristics and children's experiences of the caregiver himself, as well as psychological support for caregivers who directly care for the children. In addition, the life history of each child, their age and the reason for the removal of the biological family are considered important influences. However, it is proposed that future studies may recognize the importance of early stimulation in child development in institutional contexts and thus the stimulation proposals can be incorporated into the daily life of these environments. The importance of all the early attention and interventions that children should enjoy in the institution was evidenced, and the need to work in favor of the implementation of the new law and that the children are really removed until the maximum term defined there for reception, either through reinsertion to their family members or through adoption.

Keywords: Children. Early stimulation. Institutionalized. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, as suposições acerca dos efeitos da institucionalização precoce e prolongada de crianças ganham relevância, principalmente em período inicial da infância em que podem se manifestar de forma intensa e quase irreversível sequelas psicológicas oriundas dessa modalidade de cuidado infantil (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

Atualmente, autores como Zeanah, et al (2003) consideram que experiências de separação ou perda de figuras que servem de referência para a criança por motivo de acolhimento, relacionam-se a prejuízos quase irreparáveis no desenvolvimento da linguagem, na capacidade de ligar-se e apegar-se. O tempo que vai da concepção até os 3 anos de idade, é propício à aquisição de habilidades cognitivas e sociais. Desse modo, o afastamento da família e a permanência da criança em instituição que ofereça pouco estímulo físico e social, podem limitar os notáveis avanços desenvolvimentais nessa etapa da vida.

Meneghini e Carvalho (2003) ressaltam o ambiente pouco estruturado das instituições brasileiras, principalmente as que atendem a população de baixa renda assim como a grande

demanda de vagas para crianças menores. Os autores relatam, em estudo realizado em creche, uma ocorrência de 10 a 35 crianças com idade entre 1 a 36 meses, sob a supervisão de um só adulto; e ainda a falta de mobiliário, objetos e equipamentos atrasados, o que impossibilita as interações, seja entre crianças com menos de 3 anos, cujas habilidades verbais e sociais estão em possível desenvolvimento.

Na maioria dos casos, a institucionalização de uma criança ocorre de forma dolorosa, porque significa a ruptura de vínculos familiares, por motivos diversos e, em geral, ameaçadores para o bem-estar da criança, tais como abusos, maus tratos, violência doméstica, miséria.

No entanto as oportunidades restritas de movimento e a privação de experiências têm mostrado repetidamente interferir nas habilidades das crianças para desempenhar tarefas desenvolvimentistas que são características de suas faixas etárias. Os efeitos da privação da privação de experiências motora e sensorial podem, algumas vezes, ser superados quando condições quase ideais são estabelecidas para a criança. A extensão até a qual a criança poderá alcançar seus companheiros etários, entretanto, depende da duração e da severidade da privação, da idade e do potencial genético de crescimento individual da criança.

O presente trabalho caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 1988).

A abordagem do tema de pesquisa foi do modo qualitativo, pois tratou-se da proposição de uma visão sobre a música de forma a incorporá-la ao acervo do ponto de vista informacional, William e Hatt (1973, p. 132) comentam que o modo qualitativo de pesquisa “[...] auxilia a esclarecer ideias e a refundir o conhecimento substantivo”. Quanto aos temas da pesquisa, foram utilizadas fontes bibliográficas das áreas da Psicologia e Pedagogia, incluindo livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Foram pesquisados materiais bibliográficos selecionados a partir da afinidade com o tema de pesquisa, não foi adotado nenhum corte cronológico de edição pois, visto que as áreas pesquisadas são bastante diversificadas, não era conveniente tal limitação. No período do levantamento de dados, os materiais coletados – bibliografias e artigos- foram reunidos seguindo os critérios de alinhamento dos sub-temas, e foram registrados através do fichamento individual de cada obra ou artigo. Posteriormente, realizou-se uma análise desses dados de forma a iniciar a sua inclusão nos resultados da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

Alguns autores contemporâneos, como Schaffer (1996), Klaus e Kennell (2000), Claussen e Crittenden (2000) e Schermann (2001), salientam que os bebês recém nascidos apresentam uma grande capacidade de responder às interações com a mãe já nos primeiros momentos. Nas interações mãe-bebê, os afetos, sentimentos e emoções de um refletem os do outro por espelhamento, contágio ou reações contingentes dentro de um curto período de tempo.

Desse modo observa-se que o bebê passa a constituir-se a partir do outro, a mãe é o que o bebê vê e se espelha. Ressalta-se a importância do afeto na relação mãe-bebê, observou como é indispensável durante a infância e sugeriu que é a partir desta relação que nasce e desenvolve-se a consciência do bebê. Pois a ternura da mãe proporciona uma vasta gama de experiências vitais ao bebê e sua atitude afetiva favorece a qualidade da experiência. De acordo com Winnicott (2000), a boa evolução dos estágios posteriores do desenvolvimento depende, principalmente, de bons resultados nos primeiros contatos do bebê com a mãe ou cuidadora.

Em pesquisa realizada no Brasil, Seidl-de-Moura et al. (2008), examinaram as características das interações das mães com seus bebês. Um grupo de atividades comuns como parceiros em trocas sociais foi identificado e algumas das características das interações iniciais foram analisadas. Os episódios de interação do tipo face a face predominou, caracterizado pelas atividades de tocar, olhar e mamar. Em relação às atividades predominantes das mães foram: olhar o bebê (99,2%) e tocar o bebê (83,4%). Além disso, visualizaram-se vários momentos de interação através da estimulação por objetos, assim como interações afetivas através do contato corporal. Estes resultados sugerem a importância das atividades de olhar e tocar no processo interacional mãe-bebê, o que reforça a importância da afetividade como construtiva nestas interações e de grande relevância para o desenvolvimento infantil.

Logo, pode-se observar o quão positivo é para o bebê a oportunidade de trocas afetivas e corporais com a mãe e o quão significativo pode ser a falta disto para bebês institucionalizados que não são estimulados.

Acredita-se que o desenvolvimento infantil é visto como um processo com início desde a vida intrauterina que engloba o crescimento físico, a maturação neurológica e a construção de habilidades nas esferas cognitiva, social, comportamental e afetiva da criança, tornando-a competente para responder às suas necessidades e às do seu meio (SANTOS, 2001).

A palavra maturação foi introduzida por Gesell (1925), o qual a definiu como padrões de mudanças sequenciais geneticamente programados. O desdobramento das funções filogeneticamente desenvolvidas surgem no curso embrionário e se desenvolvem após o

nascimento. Logo, as alterações observadas no tamanho e nas formas do corpo, as mudanças ósseas, musculares e hormonais, por exemplo, seguem um plano previamente organizado e definido pelo código genético, estruturado pelo relógio biológico.

Contudo, Winnicott (1983) ressalta que a maturidade do ser humano é um termo que implica crescimento pessoal e socialização. Pode-se observar que o desenvolvimento infantil é complexo, pois envolve além das mudanças biológicas, como o aumento do tamanho do corpo, o fortalecimento dos músculos e ossos; incluem também as aquisições percepto-motoras, as habilidades cognitivas e psicossociais.

A presença dessas condições biológicas e/ou ambientais, como distúrbios neurológicos, de comportamento, negligência, violência entre outros, que são desfavoráveis ao potencial desenvolvimento neuropsicomotor, pode colocar em risco o desenvolvimento da criança. Estas condições, denominadas de fatores de risco, aumentam as chances de a criança apresentar atraso e distúrbios do desenvolvimento. Estes, por sua vez, também se referem aos cuidados precários à saúde e/ou educação, fatores socioeconômicos, ambiente familiar e/ou meio desfavorável, acidentes e abandono. Característica multifatorial e efeito cumulativo de risco estão atrelados ao processo de desenvolvimento infantil (NASCIMENTO; PIASSÃO, 2009).

Em um trabalho realizado por Smyke (2007), comparou os cuidados de lactentes e crianças criadas em instituições, com aquelas criadas com a família, na Romênia. O resultado não surpreendeu, pois mostrou que as crianças mais velhas cuidadas em instituições mostraram maior nível de comprometimento cognitivo que as crianças mais jovens. Isto é compatível com a ideia de que a capacidade cognitiva é diminuída com o tempo vivenciado em contextos institucionais. Também, foi descoberto que a internalização e problemas de comportamento exteriorizado não eram mais comuns entre as crianças que vivem em instituições do que as que foram criadas em famílias, mas a internalização e problemas de externalização podem surgir como consequência de uma criação institucional antecipada de bebês. Logo, uma maior exploração sobre as diferenças individuais de crianças e os cuidados dispensados as mesmas, é uma importante direção para pesquisas no futuro.

Algumas pesquisas estabelecem relações comparativas entre diferentes aspectos do desenvolvimento de crianças que em seus primeiros meses ou anos de vida foram cuidadas em instituições e depois em lares adotivos, como investigaram Dozier et al., (2001). Em todas elas, os escores relativos às crianças com histórico de institucionalização precoce e prolongada indicam evidente desvantagem em termos desenvolvimentais em relação àquelas que foram mantidas em casa e no convívio com familiares.

Segundo o estudo de ROCHA *et al* (2020), apontam que crianças com indicadores de deficiência no contexto de institucionalização tem sua avaliação inicial concluída e são inseridas no processo de estimulação precoce tardiamente.

Ainda, referindo-se a esses estudos, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), relatam sobre pesquisas realizadas no Brasil, que investigam o universo da criança cuidada em instituição e aos poucos se torna mais presente na literatura nacional e dão sinais da vitalidade dessa temática no meio acadêmico.

Em pesquisa realizada no Espaço de Acolhimento Provisório Infantil- EAPI, Barros (2009), relatou em suas conclusões que alguns cuidados oferecidos pelas monitoras às crianças institucionalizadas na faixa etária entre 2 a 4 anos, eram considerados como tarefas sem identificação de afeto, a quantidade de monitoras era inferior a demanda das crianças, o que ocasionava pouca atenção às necessidades individuais de cada criança. Porém, as crianças participantes do estudo encontraram meios particulares de lidar com a situação que fazia parte de sua vida desde os primeiros meses de vida.

Ao analisar-se o que foi abordado neste item, sobre os cuidados sem identidade afetiva, pode-se observar os fatores de risco e proteção que podem estar presentes nas reações das crianças que vivem no contexto institucional, assim como na sua capacidade de se recuperar dos efeitos da institucionalização, diante disso acredita-se na importância do acompanhamento do desenvolvimento das mesmas através de avaliações e atividades interventivas que estimulem habilidades motoras, cognitivas, sociais, afetivas e etc.

Diante dos fatores apontados acima este artigo traz como objetivo o porque é importante estimular o bebê e/ou a criança que esta abrigada. Ao investigar-se ecologicamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados significa entendê-los como “pessoas em desenvolvimento” e considerar este desenvolvimento “no contexto” (BRONFENBRENNER, 1996).

Para Bronfenbrenner (1996), os efeitos imediatos da privação dos cuidados maternos após o sexto mês de vida traz seguramente danos ao desenvolvimento infantil, mas enfatiza que as consequências em longo prazo podem ser superadas ou reparadas em razão de vários fatores, como a qualidade do cuidado institucional, o tempo de convivência nesse meio, o ambiente pós-institucionalização, entre outros. Porém, ressalta que, quando a privação ocorre nos primeiros 6 meses, fase em que as interações da criança com a mãe são mais intensas e as ferramentas que possibilitam a aprendizagem e o conhecimento do mundo começam a ser experimentadas, os

prejuízos emocionais e cognitivos tendem a ser mais severos e persistentes e, conseqüentemente, a possibilidade de reparação desses déficits pode se tornar menor.

Diante desse quadro de possíveis conseqüências para o desenvolvimento da criança em acolhimento institucional, tem se observado a importância de programas e atividades que estimulem o desenvolvimento adequado com a aquisição de habilidades motoras, cognitivas e psicossociais. Os programas de estimulação têm sido muito utilizados por vários profissionais de creches e abrigos. Segundo Martins e Moser (1996), a estimulação precoce é um conjunto de processos preventivos e/ou terapêuticos para assegurar à criança um melhor intercâmbio com o meio em que vive durante a primeira infância.

Em estudos realizados por Cavalcante *et al* (2020), os resultados obtidos evidenciaram a importância da estimulação cognitiva para a aprendizagem infantil, bem como para o desenvolvimento global da criança e seus benefícios para o desempenho escolar.

Pois ao nascer uma criança precisa se adaptar a um mundo totalmente novo. Desde o nascimento até pelo sexto mês seu interesse centraliza-se quase que exclusivamente na figura da mãe. Ainda nos primeiros dias de vida, já conhece muito sobre ela, é capaz de reconhecê-la pela voz e pelo olfato. Reconhece os ritmos de seu coração, ao qual se habituou durante os nove meses da gestação (ABERASTURY, 1992).

Elas reconhecem ainda a forma peculiar de comunicação dos bebês, ajustando seu comportamento a esses aspectos. Para Heckhausen (1987), adaptações são também realizados pelo bebê. Tanto a criança age sobre sua mãe através de olhares e mímicas, quanto à mãe age sobre ele por meio de sua fala e movimentação (ROBIN, 1980). No caso da mãe há um ajuste intuitivo e preciso de sua atividade às capacidades do bebê (BRUNER, 1983), um ajuste que pode ser percebido, inclusive, em termos de linguagem.

Esse dado é relevante para observar-se que o bebê já possui a capacidade para interagir, o que viabiliza a constituição da vinculação afetiva entre a criança e o adulto que lhe dispense cuidados. Assim, acredita-se que os bebês possam demonstrar evidências de suas intenções e é capaz de reconhecer a do outro (STERN, 1991).

O bebê tem o mundo limitado às suas necessidades corporais (WINNICOTT, 2000). A mãe que conhece o bebê procura satisfazer tais necessidades, embora incapaz de prover todas as suas demandas, o bebê vai adaptar-se gradativamente por meio do contato, calor corporal, movimento, alimentação, cuidados higiênicos que a mãe favorecerá (WINNICOTT, 2000).

Esses cuidados permitem ao bebê desenvolver-se, o que influenciará na visão de si próprio, nos seus relacionamentos interpessoais, na sua autoestima, pois “o conjunto das interações precoces

vividas pelo bebê em seu corpo e em seu comportamento dão lugar a uma atividade de mentalização e figuração absolutamente essencial na ontogênese do aparelho psíquico da criança” (ARAGÃO, 2004, p. 21). Ou seja, as experiências vivenciadas pelo bebê serão determinantes no desenvolvimento futuro do mesmo.

Os primeiros anos de vida são considerados críticos para o desenvolvimento do bebê, já que existe maior plasticidade cerebral, o que possibilita o desenvolvimento das potencialidades da criança. A plasticidade neuronal é reforçada no cérebro em desenvolvimento e a experiência apropriada neste período é de extrema importância para a adequada função dos sistemas neurais (NASCIMENTO; PIASSÃO, 2009).

Em relação aos fatores de risco ambientais, as instituições de abrigo vêm sendo frequentemente citadas como locais de impacto negativo para o desenvolvimento psicomotor. Dificuldades nas relações sociais, insegurança, ansiedade, problemas de conduta, déficit de atenção e hiperatividade são descritos como possíveis danos para a saúde de crianças em acolhimento institucional. Alterações estruturais no sistema nervoso central também têm sido implicadas no impacto da institucionalização, como atrofia neural e desenvolvimento anormal do cérebro (CASTANHO; BLASCOVI-ASSIS, 2004).

Algumas das causas relacionadas às possíveis influências negativas do ambiente do abrigo para o desenvolvimento são: a pouca qualificação dos funcionários, superlotação, espaço reduzido e com poucas chances de oportunizar estimulação sensorial adequada aos bebês. Nascimento e Piassão (2009) caracterizaram o desenvolvimento motor de crianças acolhidas institucionalmente, com idade entre zero e dezoito meses, mostrou indícios de que o atraso apresentado pela amostra poderia ter relação com a falta de estimulação e com o ambiente institucional, o qual poderia proporcionar poucas oportunidades para as crianças brincarem e interagirem com o meio.

Para diferenciar a estimulação da intervenção precoce, observa-se que a estimulação é o que todo bebê ou criança recém-nascida necessita para desenvolver as suas capacidades. Já a intervenção precoce atua de forma efetiva visando ajudar a criança com alteração em seu desenvolvimento, desde os primeiros momentos de vida (PÉREZ-RAMOS et al., 1990). Entretanto, a estimulação precoce tem sido substituída por Estimulação Essencial ao Desenvolvimento, definida como uma necessidade humana básica para um crescimento e desenvolvimento harmônico, pois através desta prática, a criança desenvolve o seu potencial genético e atinge a maturidade física, mental e social (CABRAL, 1989).

Mastroianni, Bofi e Carvalho (2007), realizaram um estudo com o propósito de avaliar o desenvolvimento motor e cognitivo de crianças com idade entre zero a um ano, após a estimulação,

matriculadas nas creches públicas de Presidente Prudente. Os resultados mostraram que a idade cronológica das crianças foi de 10,08 meses, já a idade motora ficou em 9,69 meses e a cognitiva em 9,10 meses, em média. Esses resultados permitem inferir que as crianças estudadas, estão aproveitando a estimulação recebida. Entretanto, apesar da estrutura atual não estar trazendo prejuízos significativos ao desenvolvimento infantil é fundamental buscarmos a superação de limites e a melhora das condições gerais das creches.

Schobert (2008) investigou a relação entre o desenvolvimento motor de bebês, que frequentavam creches, entre os 6 a 18 meses, e as características ambientais das famílias e das creches de Erechim/RS. Verificou também o desenvolvimento motor dos bebês no contexto familiar, as oportunidades de estimulação do comportamento motor no lar e as características do contexto e cuidados oferecidos nas creches. Os participantes do estudo foram 52 bebês, de 9 creches e os instrumentos utilizados foram a escala Alberta Infant Motor Scale (AIMS) para o desenvolvimento motor e o Affordances in the Home Environment for Motor Development (AHEMD) para o contexto familiar geral, oportunidades de estimulação e ficha de observação da rotina da creche para o contexto e os cuidados oferecidos. Os resultados obtidos apontaram que a análise do desenvolvimento motor revelou que 50% dos bebês participantes apresentaram desempenho motor suspeito de atraso ou atrasado.

As etapas do desenvolvimento da criança devem ser observadas e respeitadas na sua individualidade, para que suas potencialidades possam ser enriquecidas e desenvolvidas com a estimulação, beneficiando assim, o seu desenvolvimento como um todo. Pois a não intervenção precoce poderá causar à criança consequências negativas, pois a aquisição de conhecimentos está ligada diretamente com o desenvolvimento psicomotor, a criança precisa ser estimulada para que ela possa evoluir aproveitando toda a sua capacidade cognitiva.

Diversas pesquisas relacionam condutas de risco com crianças que vivenciaram a ausência materna ou tiveram um relacionamento perturbado com suas mães nos primeiros anos de vida. Para Bowlby (1981), o desenvolvimento de crianças institucionalizadas desde cedo é causador de danos significativos, tanto fisicamente quanto mentalmente. O autor refere que desde a primeira semana de vida os efeitos da privação dos cuidados maternos podem ser observados nos bebês.

O bebê “pode deixar de sorrir para um rosto humano ou de reagir quando alguém brinca com ele, pode ficar inapetente ou, apesar de bem nutrido, pode não engordar, pode dormir mal e não demonstrar iniciativa” (Bowlby, 1981, p.22). Outros sintomas típicos de crianças que tiveram tais experiências são: relacionamento superficial, nenhum sentimento verdadeiro – nenhuma capacidade de se interessar pelas pessoas ou de fazer amizades profundas; inacessibilidade, exasperante para os

que tentam ajudá-la; nenhuma reação emocional em situações em que isto seria normal – uma estranha falta de preocupação; falsidade e evasivas, frequentemente sem motivo; furtos; falta de concentração na escola (BOWLBY, 1981, p. 35).

É inegável, contudo, que mesmo as crianças que apresentam falhas e dificuldades na habilidade de relacionar-se em razão de suas experiências de vida, ainda assim demonstram ter uma capacidade e uma disponibilidade emocional para buscar vínculos alternativos que possam estruturar e processar o mundo ao seu redor, mostrando que, apesar de toda conflitiva do abandono, elas apresentam recursos internos preservados e bastante saudáveis. Isso traz à tona novamente a questão afetiva como o principal déficit da rotina institucional. Como se percebe até então, o cuidado oferecido não substitui o cuidado de uma relação afetiva, tão necessária por gerar bem-estar emocional e o desenvolvimento das relações interpessoais.

Os cuidados substitutos são uma forma de reduzir algum possível dano e por isso a importância de um investimento na formação, seleção e manutenção das mães sociais, afim de que essas possam vincular-se com as crianças e propiciar uma relação afetiva saudável e duradoura, podendo criar um clima de segurança para os menores abandonados.

O que ficou comprovado é que na verdade essas crianças não precisam de “coisas” e o mais importante não são somente as oportunidades, mas sim o sentimento de pertencer, de “sentir-se em casa”, no seio de uma família, mesmo que esta família seja institucional, precisam de afeto e atenção e alguém disposto a escutá-las e lhes dar amor. Partindo desse pressuposto, a importância do serviço de Psicologia no abrigo se faz necessária não somente para as crianças, mas também para dar um suporte aos monitores, visto que o bem-estar das crianças está diretamente relacionado ao cuidado substituto, e neste sentido o serviço de Psicologia se apresentaria então como forma de apoio e aconselhamento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma interação de qualidade no ambiente institucional ou com cuidados substitutos dependerá invariavelmente de alguns fatores, tais como: a organização da rotina de cuidados e as normas da instituição; o número de cuidadoras que se ocupam de cada criança; as características emocionais e as vivências infantis do próprio cuidador, bem como o apoio psicológico aos cuidadores que se ocupam diretamente das crianças. Além disso, são consideradas influências importantes a história de vida de cada criança, a sua idade e, o motivo do afastamento da família biológica.

Através da análise de estudos que evidenciam a estimulação seja precoce e/ou essencial, são poucas publicações que abordam a importância de programas de intervenção para a estimulação de vários aspectos do desenvolvimento infantil no contexto do abrigo. Logo, esta dissertação argumentativa se propôs a compreender o desenvolvimento dos bebês e como a intervenção diante de suas necessidades auxiliou na minimização de possíveis aspectos negativos da institucionalização, assim como auxiliar estudos sobre essa temática de extrema relevância no contexto atual onde o ambiente favorável torna-se indispensável para o desenvolvimento adequado de habilidades na infância.

Nesse sentido, a estimulação precoce é de total relevância, pois, no futuro garantirá a auto-estima da criança, a confiança nas suas próprias possibilidades, o conhecimento das suas dificuldades, a adaptação ao seu meio que compreende não só as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento, mas a sociedade, essa adaptação implica na capacidade de atuar, agir, modificar e produzir alterações ao seu redor, possibilitando seu desenvolvimento e crescimento pessoal.

Portanto, o principal é a aceitação da criança, a afetividade, um ambiente variado de estímulos, a participação da família em trabalho conjunto com a equipe multidisciplinar, esses são e sempre serão aspectos fundamentais para o desenvolvimento infantil.

Em síntese, é fundamental considerar a estimulação precoce como um importante aliado na prevenção ou atenuante de possíveis deficiências, para tanto, é necessário que a instituição infantil tenha um espaço e material adequados, professores capacitados para trabalhar na intervenção precoce, buscando as parcerias família/escola e outros setores da sociedade, para que a escola se transforme em um espaço de efetiva aprendizagem e inclusão de todas as crianças independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas.

Pois é preciso considerar que os estudos acerca desta temática são ainda inconclusivos, tanto pela falta de mais estudos empíricos quanto pela superficialidade da maior parte da literatura sobre os efeitos da institucionalização. Sem sombra de dúvidas, este é um tema bastante complexo que carece – e merece! - mais atenção, pois só assim será possível (re)pensar como construir melhores oportunidades de vida para aqueles que tanto necessitam.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. **Psicanálise da Criança: teoria e técnica**, Porto Alegre, Artes Medicas, 1992.
- ARAGÃO, R., (org.). **O bebê, o corpo e a linguagem**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

BARROS, A. C. B. G. **“João e Maria”**: uma observação psicanalítica sobre a experiência de crianças em situação de abrigo. 2009. 101f. Dissertação (mestrado em psicologia), Universidade Federal do Para- UFPA. Belém, 2009.

BOWLBY, J. (1981). **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes Editora.

BOFF, A. A. **Recortes de Interações entre cuidadoras e crianças institucionalizadas**: uma avaliação das funções parentais a luz da psicanálise. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2002.

BRAZELTON, T. B.; CRAMER, B. G. **As primeiras relações**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRAZELTON, T. B. **O desenvolvimento do apego**: uma família em formação. Artes médicas, Porto Alegre, 1988.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: Experimentos naturais e planejados (M. A. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 1996. (Originalmente publicado em 1994).

BRUNER, J. **In Search of mind**: essays in autobiography. New York: Harps & Row, 1983.

CABRAL, I. E. **Aplicação da estimulação essencial à criança hospitalizada**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 42, n. ¼, p. 90-92, 1989.

CARVALHO, A. M. **Comportamento de cuidado entre crianças**: um estudo longitudinal entre diferentes ambientes institucionais. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CASTANHO, A. A. G; BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Caracterização do desenvolvimento motor da criança institucionalizada**. Fisiot. Bras., v. 5, p. 437-42, 2004.

CAVALCANTE, L. I. C., BRITO, R. C. S. E MAGALHAES, C. M. C. **Crianças institucionalizadas**: limites e riscos ao desenvolvimento. Em: Pontes, F. A. R., Magalhães, C. M. C., Brito, R. C. S. e Martin, W. L. B. (Orgs). Temas pertinentes a psicologia contemporânea. Belém: EDUFPA, p. 327-353, 2005.

CAVALCANTE, L. I. C., MAGALHAES, C. M. C E PONTES, F. A. R. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças**: discutindo aspectos diários para o desenvolvimento. Aletheia, n. 25, Canoas, jun 2007.

CAVALCANTE, M. V.; LÚCIO, I. M. L.; VIEIRA, A. C. V.; BITTENCOURT, I. G. S.; VIEIRA, D. S.; RODRIGUES, L. C.; CALDAS, M. A. G.; DAVINO, C. M. Estimulação cognitiva e aprendizagem infantil: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, ed. n. 6, p. p. 41981-41990, jun/2020.

CLAUSSEN, A. H; CRITTENDEN, P. M. **Maternal sensivity**, pp. 115-122. Cambridge University Press, Nova York, 2000.

DOZIER, M., STOVALL, K. C., ALBUS, K., E. E BATES, B., J. M. **Attachment for infants in foster care: the role of caregiver state mind.** Em: child development 72: 1467-1477, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.

GESELL, A. L. **The mental growth of the preschool child.** New York: Mac Millan, 1925.

HECKHAUSEN, J. **How do mothers know? Infants.** Chronological age os infants performance as determinants of adaptation in maternal instruction? Journal of experimental child psychology, 43, 212-226, 1989.

KLAUS, M. H; KENNEL, J. **Vínculo: construindo as bases para um apego seguro e para a independência.** Artes Medicas, Porto Alegre, 2000.

MARTINS, P. C. R.; MOSER. M. H. **Desenvolvimento psicomotor de criança no lar e na creche.** Revista medica hospital São Vicente de Paula., v. 8, n. 18, p. 20-28, 1996.

MASTROIANNI, E. C. Q.; BOFI, T. C.; CARVALHO, A. C. **Perfil do desenvolvimento motor e cognitivo de crianças com idade entre zero a um ano matriculadas nas creches públicas da rede municipal de educação de Presidente Prudente.** Revista Ibero Americana de estudos em Educação. V. 2, n. 1, 2007.

MENEGHINI, R.; CAMPOS de CARVALHO, M. **Arranjo espacial na creche: espaços para interagir, brincar isoladamente, dirigir-se socialmente e observar o outro.** Psicologia: reflexão e crítica, v. 16, supl. 2, p. 367-378, 2003.

MORAIS, N. A. LEITAO, H. S., KOLLER, S. H. E CAMPOS, H. R. **Notas sobre a experiência de vida num internato: aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento dos internos.** Revista Psicologia em Estudo 3: 379-387, 2004.

NASCIMENTO, R; PIASSÃO. C. **Avaliação e estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor em lactantes institucionalizadas.** Revista neurociencias, vol. 18, p. 469-478, 2009.

NOGUEIRA, P. C. **A criança em situação de abrigo: reparação ou re-abandono.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2004.

PARREIRA, S. M. C. P. E JUSTO J. S. **A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação.** Em: Psicologia em Estudo 2: 175-180, 2005.

ROCHA, A. S.; DEGERING, P. C.; SCHMIDT, K. C.; PIUCCO, E. C.; SAVALL, A. C. R. Projeto voluntário “Pelos Outros” proporciona recreação e interação social mediante implantação da atividade assistida por animais. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, ed. n. 6, p. p. 36427-36438, jun/2020.

SANTOS, D. C.C. **Desenvolvimento durante o primeiro ano de vida: uma comparação entre um grupo de lactentes brasileiros e americanos.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SANTOS C, C, D.; CAMPOS, D. **Desenvolvimento motor: Fundamentos para Diagnóstico e intervenção.** In: Moura-Ribeiro, M. V. L. & Goncalves, V. M. G. (Orgs.). Neurologia do Desenvolvimento da Criança, 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000, p. 288-307.

SCHAFFER, H. R. **Social development.** Blackwell Publishers Ltda, Oxford, 1996.

SCHOBERT, L. O. **O desenvolvimento motor de bebês em creches: um olhar sobre diferentes contextos.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porot Alegre: 2008.

SCHERMANN, L. **Considerações sobre a interação mãe-criança e o nascimento prétermo.** Temas em Psicologia da SBP9(1):55-61, 2001.

SEIDL-DE-MOURA, M., RIBAS, A., SEABRA, K., PESSOA, L., NOGUEIRA, S., MENDES, D., ROCHA, S., VICENTE, C. **Interações mãe bebe de um e cinco meses: aspectos afetivos, complexidade e sistemas parentais predominantes.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 21 (1), 66-73, 2008.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura.** Em: Psicologia e Sociedade 18: 71-80, 2006.

SMYKE, A. et al. **The caregiving control in institution-reared and family-reared infants and toddlers in Romania.** Journal of child Psychology and Psychiatry 48:2, pp. 210-218, 2007.

STERN, D. N. **Diário de um bebê: o que seu filho sente, imagina e deseja.** São Paulo: Artes Medicas, 1991.

TRINDADE, J. **Manual de psicologia juridica para operadores do direito.** Livraria do advogados. Porto Alegre: 2004.

WILLIAM, J. Good; HATT Paul K. **Métodos em pesquisa social.** 4^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

WINNICOTT, D. W. **O Ambiente e os Processos de Maturação.** Estudos Sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional. Artmed. Porto Alegre: 1983. p.80

WINNICOTT, D. **Da pediatria à Psicanálise.** Imago, Rio de Janeiro, 2000.

ZEANAH, H. C., N, C. A., FOX, N. A. SMYKE, A. T., MARSHALL, P., PARKER, S. W. E KOGA, S. **Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development: the Bucharest Early Intervention Project.** Em: Development and Psychopathology 15: 885-907, 2003.